

As Relações Econômicas Sino-Brasileiras no início do século XXI: Parcerias Estratégicas e Relações Bilaterais

Thiago Jeremias Baptista¹

Fernando Roberto de Freitas Almeida²

Resumo

Este artigo busca compreender a evolução das relações econômicas sino-brasileiras no início do século XXI, destacando as parcerias estratégicas e as relações bilaterais instituídas entre o Brasil e a China, assim como analisar a evolução das relações entre esses países pelas perspectivas geopolítica e diplomática, evidenciando os interesses estratégicos inerentes às Relações Internacionais.

Palavras-Chave: Relações Bilaterais Sino-Brasileiras; Parceria Estratégica Brasil-China; Geopolítica Ásia-América do Sul.

Resumen

En este artículo se trata de comprender la evolución de las relaciones económicas entre China y de Brasil a principios del siglo XXI, tratando de entender la asociación estratégica y las relaciones bilaterales establecidas entre Brasil y China, así como analizar el desarrollo de las relaciones entre estos países por las perspectivas geopolítica y diplomática, destacando los intereses estratégicos inherentes de Relaciones Internacionales.

Palabras clave: Relaciones bilaterales China-Brasil; Asociación estratégica China-Brasil; Geopolítica de Asia y América del Sur.

¹ Geógrafo, especialista em História das Relações Internacionais e em Dinâmicas Urbano-Ambientais e Gestão do Território e mestrando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: thiagobapt@hotmail.com

² Doutor em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, professor do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense. E-mail: freitasalmeida03@yahoo.com.br

Introdução

Os estudos asiáticos no Brasil, se comparados, por exemplo, com os estudos europeus ou africanos – mantiveram uma posição relativamente marginal e secundária na academia brasileira, apresentando uma mudança relativa apenas nos últimos quarenta anos. De fato, nos anos 70, o grande porte dos investimentos japoneses e o reconhecimento diplomático da República Popular da China, em 1974, foram eventos motivadores de maiores atenções para aquela região. Nos últimos anos o interesse no continente asiático vem aumentando e fatores como o aprofundamento dos laços comerciais com a Ásia, a abertura de mercados na região e na América Latina, o estabelecimento de parcerias estratégicas, a criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, as visitas oficiais que o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e a atual presidente do Brasil Dilma Rousseff fizeram à China, assim como as visitas de altas autoridades da República Popular da China ao Brasil configuram-se como fatos importantes no contexto geopolítico.

O artigo busca entender a evolução das relações entre Brasil e China no início do século XXI na perspectiva brasileira. Para isso são realizadas considerações acerca das relações bilaterais entre os referidos países em diferentes contextos históricos. Evidencia-se que, ao longo do tempo, esses países construíram relações pacíficas e modestas, que no século XXI começaram a mudar devido à rápida expansão das relações econômicas sino-brasileiras. Deve-se considerar que as “estratégias econômicas externas do Brasil, embora fortemente condicionadas por fatores domésticos, também sofrem a influência de fatores externos, bem como por fatores relacionados à economia internacional e ao ambiente político em que esta evolui” (VEIGA e RIOS, 2010, n.d.).

As transformações no cenário mundial, os elevados níveis de crescimento econômico de países como a China e o Brasil, sobretudo no início do século XXI, têm atraído atenção e motivam a realização de estudos sobre o tema, assim como, revelam a necessidade de realizações de investigações e projeções sobre as implicações políticas e geoeconômicas do desenvolvimento econômico futuro desses países. Este artigo insere-se numa tentativa de compreender essas transformações numa análise holística, bem como preencher lacunas atualmente

existentes no que concerne à produção de trabalhos sobre as relações sino-brasileiras.

O artigo está dividido da seguinte forma: além desta Introdução, a seção 1 contextualiza o Brasil no cenário atual, a seção 2 recupera brevemente o marco inicial das relações sino-brasileiras a partir do século XIX e procura apresentar a evolução das relações entre o nosso país e a China; em seguida, a seção 3 apresenta a importância das economias emergentes na atualidade e a forma como Brasil e China se aproximaram economicamente, revelando a importância da parceria estratégica e de suas relações econômicas; e por fim, são apresentadas as considerações finais deste trabalho.

1. Contextualizando o Brasil no Cenário Atual

Com o fim da Guerra Fria e a constituição do que se imaginou como uma Nova Ordem Mundial houve nos últimos vinte anos uma nova fase do processo de expansão do capitalismo em escala global. Esta fase, agora denominada como globalização, acarretou o aumento das relações econômicas entre os Estados nacionais. Dentre as estratégias adotadas pelos diferentes países assistiu-se ao estabelecimento de organizações político-econômicas que focaram as relações econômicas interestatais preocupando-se, sobretudo, com a formação de blocos econômicos regionais, a cooperação e a segurança regional e internacional. Além dos acordos de geometria variável, constituídos em um ambiente de intensa competição internacional, foi afinal criada a Organização Mundial do Comércio (OMC), em substituição ao Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (Gatt), estabelecido logo no começo da Guerra Fria, em 1947. Àquela ocasião, o poder incontestável dos EUA em todos os campos, impedira a criação de uma organização internacional de comércio, como proposta pela Carta de Havana (SATO, 2006).

No caso do Brasil, entre alguns dos aspectos mais importantes de sua política externa recente, encontram-se o processo integracionista do Mercosul (um dos blocos econômicos regionais mais estudados no mundo) e a adoção de uma política externa caracterizada pela aproximação com os países emergentes, caso do

estabelecimento da parceria estratégica sino-brasileira iniciada em novembro de 1993. O intenso protagonismo brasileiro no início do século XXI deu-lhe notoriedade nos grandes debates internacionais, notadamente naqueles relacionados às discussões no âmbito da OMC. O país notabilizou-se por sua política externa ativa, destacando-se nos debates do G20 agrícola e do G20 financeiro, na OMC, na FAO e nas articulações para reformas necessárias nas organizações multilaterais. A antiga pretensão a um assento no Conselho de Segurança da ONU também foi um fator a incentivar aproximações com potências regionais relevantes de todo o mundo.

“Em um sistema internacional dominado pelos Estados Unidos da América, não surpreende que o comportamento (potencial ou real) de importantes países de segunda ordem seja objeto de interesse” (HURREL, 2009, p.9). Os níveis de crescimento econômico das economias chinesa e brasileira motivam a realização de estudos sobre o tema e revelam a necessidade de realizações de investigações e projeções sobre as implicações políticas e geoeconômicas do desenvolvimento econômico futuro e das relações bilaterais entre esses países.

“No contexto de crescente protecionismo e acesso cada vez mais difícil aos mercados desenvolvidos, os ganhos econômicos e comerciais da cooperação com países em desenvolvimento adquiriram maior importância estratégica para o Brasil” (LIMA e HIRST, 2009, p. 50). O desenvolvimento das relações sino-brasileiras requer, sobretudo, do lado brasileiro, a decisão de reconhecer esta parceria como estratégica, dado o crescimento das exportações para a Ásia – região em que tem crescido nos últimos trinta anos a influência chinesa – e para a China em especial, importante parceiro comercial do Brasil na atualidade.

2. Evolução Histórica das Relações Sino-Brasileiras

O Brasil e a China são países que ocupam posição de destaque na América Latina e na Ásia, respectivamente. A dimensão territorial, populacional, o crescimento econômico atual e a projeção internacional que esses países vêm apresentando despertam interesses para a compreensão de suas relações econômicas, políticas e estratégicas:

As relações entre o Brasil e a China remontam ao século XIX, com a imigração de chineses, em 1810, para trabalharem na plantação de chá, no Rio de Janeiro. Em 1880, os respectivos governos assinaram um Tratado Sino-Brasileiro de Amizade, Comércio e Navegação, estabelecendo

igualmente no mesmo dia deste tratado as relações diplomáticas. (SIMAS, 2011, p. 1).

Desde o início do século XX, os eventos e mudanças ocorridos na China – instauração da República, Guerra Civil, Guerras Sino-Japonesas, Revolução Chinesa – não fogem aos olhares de intelectuais brasileiros. A posição de destaque da China no atual cenário internacional como a segunda maior economia mundial, estabelecendo-se como importante parceiro comercial do Brasil, assim como protagonizando uma posição hegemônica regional no continente asiático e afirmando-se como um novo polo de poder na nova ordem mundial, firma a importância de se estudar suas relações econômicas, estratégicas, geopolíticas e diplomáticas com o Brasil.

Durante a passagem da primeira para a segunda metade do século XX, as relações sino-brasileiras caracterizaram-se por uma debilitação do que havia sido firmado na esfera diplomática no final do século XIX, entre os dois países, quando em 1880, os respectivos governos assinaram o Tratado Sino-Brasileiro de Amizade, Comércio e Navegação, estabelecendo as relações econômicas entre Brasil e China, então ambos sob regime monárquico.

Com o passar do tempo, elementos diversos levaram à permanência do afastamento, cabendo destacar as dificuldades de comunicação em meio aos problemas derivados das muitas crises vividas pelo sistema internacional no século XX, em que duas guerras mundiais e uma grave crise sistêmica, expressa pela quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929 e a Grande Depressão, arrasaram as economias pelo mundo afora. Fatos como o posicionamento brasileiro em optar por manter os valores e sistemas ocidentais no contexto da conjuntura geopolítica marcada pela bipolaridade, o que pode ser evidenciado quando, “optamos por não manter relações com países comunistas, tanto que em 1946 rompemos com a URSS” (SIMAS, 2011, p.2), e o reconhecimento de Formosa como representante legal da China, assim como, o não reconhecimento imediato da proclamação da República Popular da China (RPC) por parte do Brasil, evidenciam o estremecimento das relações entre os dois países nesse período.

Em 1960, chegou a ser pensada a possibilidade de o Brasil reconhecer a RPC. Nesse contexto, a política externa brasileira passou por importante mudança qualitativa, sendo denominada como Política Externa Independente (PEI), marcada por um perfil mais pragmático, iniciada no breve governo de Jânio Quadros. Inclusive, em 1962/1963, no governo de João Goulart, várias informações circulavam sobre o estabelecimento de relações diplomáticas com a RPC. “Porém, isto só aconteceria uma década depois. Já com os países do Leste Europeu e URSS, as normalizações das relações deram-se neste período mesmo, no início da década de 60”. (ABI-SAD, 1996, p.183-184 *apud* SIMAS, 2011, p.3).

Foi necessário que um governo conservador, mas de viés desenvolvimentista, o do general Ernesto Geisel, com suas preocupações de resguardar o país dos efeitos da crise de 1973, retomasse o fio condutor da PEI, em ambiente de sérios atritos com o governo estadunidense. Com efeito, “em 1974, o Brasil restabeleceu relações com a China. Porém, a cooperação mais intensa entre os dois países somente se iniciou após a assinatura do primeiro acordo comercial em 1978” (PEREIRA, 2003, p.108-109). Era um período de reafirmação de posições autônomas na política externa brasileira, então denominada como “Pragmatismo Ecumênico e Responsável”, em que também se destacaram as negociações do Acordo Nuclear com a República Federal da Alemanha e o encerramento do Acordo Militar com os Estados Unidos da América.

Na década de 1980, diante do malogro global do diálogo Norte-Sul e das dificuldades de relacionamento com os países industrializados, em razão do pesado ônus da dívida externa, o Brasil buscou o reforço dos vínculos com as nações do Sul e estabeleceu novas parcerias, especialmente com a China e, em termos estratégicos mais imediatos, com a Argentina. Em novembro de 1993, foi formalizada a Parceria Estratégica Sino-Brasileira:

As etapas desse incremento de relações sucederam-se com realismo e determinação: a) convênio sobre transportes marítimos (1979); b) segunda reunião da Comissão Mista, Acordo de Cooperação Científica e Técnica, visita de Guerreiro a Pequim, expansão do comércio bilateral (1982); c) Figueiredo foi à China, ocasião em que se firmaram acordos de cooperação nas áreas comercial (elevação do intercâmbio a um bilhão de dólares), científica, tecnológica e nuclear,

reconhecendo ambos os governos a coincidência de suas políticas externas e o adensamento das relações (1984); d) veio ao Brasil o primeiro-ministro chinês, estabeleceram-se novas modalidades de cooperação e o memorando de entendimento para consultas de alto nível sobre política internacional, além de um acordo cultural sem similar no campo socialista; perspectivas de grande intercâmbio em comércio e serviços (exportações brasileiras de aço, alumínio, tanques de guerra, aviões, engenharia hidrelétrica, rodoviária, etc. (1985); e) Brasil e China anunciaram a construção conjunta de um satélite (1986); f) criou-se uma empresa binacional para o comércio (1987); g) Sarney visitou a China e assinou importantes acordos de cooperação igualitária, particularmente nas áreas de tecnologia espacial e informática (1988) (CERVO & BUENO, p. 478, p. 2011).

É nesse contexto que os estudos sobre a China ganham cada vez mais relevância, tanto em assuntos estratégicos, quanto no que compreende às relações econômicas sino-brasileiras, assim como, outros temas que venham compreender as relações de cooperação bilaterais entre o Brasil e a China, como por exemplo, a já citada Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (instituída em 2010).

Dentre os países do Terceiro Mundo, a China e o Brasil, estão em situação especialmente boa e são as principais potências de suas regiões:

O desenvolvimento rápido de ambos tem como requisito necessário a instauração de uma ordem mundial estável, racional e justa, ela própria intrinsecamente válida. Ambos precisam de bem mais acesso internacional a recursos financeiros e tecnológicos (...), os dois dispõem de um aparelho governamental e de um sistema diplomático em condições de desempenhar as tarefas que tal finalidade impõe (JAGUARIBE, 2008, p.37).

A China é o país mais populoso do mundo, localiza-se na porção oriental do continente asiático e possui a terceira maior dimensão territorial mundial. Seu território compreende aproximadamente 9,5 milhões de km², incluindo algumas ilhas que, desde 1949, foram divididas entre a República Popular da China (que inclui a China continental, Hong Kong e Macau) e a República da China (que inclui Taiwan e algumas ilhas da província de Fujian). Do mesmo modo que o Brasil, de há muito considera que as relações internacionais devam ser pautadas por princípios pacíficos; mas diferentemente da situação sul-americana, enfrenta problemas derivados de acordos sobre territórios, que avalia deverem ser revistos, como é o

caso de algumas ilhas e, principalmente, da ilha de Formosa (Taiwan ou antiga “China Nacionalista”), resultante da derrota dos exércitos nacionalistas, em 1949.

O país possui relevância no mundo atual, como grande produtor que a qualifica como a nova “fábrica do mundo” e como importante mercado consumidor, ocupando assim posição expressiva no comércio exterior em função do protagonismo que exerce nas relações econômicas internacionais. Detém as maiores reservas de divisas do mundo e se destaca como forte investidor no mundo em desenvolvimento. Apresenta grande peso no que diz respeito às relações econômicas com o Brasil, configurando-se como um polo de importância regional com projeção global. Na América do Sul, aliás, a forte presença chinesa no comércio externo vem prejudicando sobremaneira as vendas de produtos industrializados brasileiros, que sempre tiveram a região como compradora preferencial.

A economia mundial está passando por mudanças aceleradas no início do século XXI. Dentre essas transformações, nota-se que as maiores taxas de crescimento econômico estão sendo encontradas em regiões do mundo como a América Latina, África e Ásia. “A mudança das relações econômicas entre a Ásia, a África e a América Latina, lideradas pela China e pela Índia, é um fato de enorme importância no redesenho econômico do sistema mundial” (FIORI, 2007, p. 99). Tais relações chegaram a ponto de inverter a secular tendência à deterioração dos termos de troca, estudada pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Com efeito, o crescimento dessas duas potências asiáticas, notadamente o da China, tem propiciado elevação dos preços dos produtos primários e rebaixamento dos preços dos produtos manufaturados, conduzindo a China a ocupar posição de destaque entre os principais exportadores e importadores mundiais (Quadros 1 e 2).

Quadro 01 - Principais exportadores mundiais, em 2013.

Nº	PAÍS	PARTICIPAÇÃO MUNDIAL (em %)
1	China	11,8
2	EUA	8,4
3	Alemanha	7,7
4	Japão	3,8
5	Holanda	3,5
6	França	3,1
7	Coreia do Sul	3,0
8	Reino Unido	2,9
9	Hong Kong	2,9
10	Rússia	2,8
22	Brasil	1,3

FONTE: OMC.

Quadro 02 – Principais importadores mundiais, em 2013.

Nº	PAÍS	PARTICIPAÇÃO MUNDIAL (em %)
1	EUA	12,4
2	China	10,3
3	Alemanha	6,3
4	Japão	4,4
5	França	3,3
6	Reino Unido	3,5
7	Hong Kong	3,3
8	Holanda	3,1
9	Coreia do Sul	2,7
10	Itália	2,5
21	Brasil	1,3

FONTE: OMC.

3. Caracterização das Relações Comerciais Sino-Brasileiras

Em 2008, pela primeira vez desde 1880, os países ricos passaram a representar menos de 50% da produção mundial e começaram a registrar redução dos percentuais de participação no Produto Mundial Bruto. “Pela primeira vez, na história do sistema econômico mundial, as relações entre países em desenvolvimento e subdesenvolvidos (que antes se chamavam de Terceiro Mundo)

adquirem uma densidade material importante e expansiva, com capacidade de gerar interesses concretos, no mundo do capital e do poder.” (FIORI, 2007, p. 99).

Um espaço econômico com fluxos comerciais significativos está sendo formado através das relações entre os países subdesenvolvidos e as economias emergentes, configurando-se como base material para a realização de análises e estudos das parcerias estabelecidas e firmadas. A aproximação do Brasil de países emergentes é vista através da intensificação das relações comerciais com os mercados existentes nos continentes africano e asiático ao longo dos últimos anos. Isso reflete significativamente a redução da dependência do comércio exterior do Brasil em relação aos países desenvolvidos, diante da ampliação e diversificação de parceiros comerciais.

“O crescimento do mercado interno chinês, relacionado recentemente ao *boom* da indústria pesada, vem ampliando a forma como a China se relaciona com o resto do mundo, principalmente com os países em desenvolvimento” (RIBEIRO, 2010 p. 14). A aproximação chinesa dessas regiões, assim como da América Latina, configura-se como estratégica, no sentido de atender a demanda por bens primários e recursos energéticos:

Tal expansão está intimamente relacionada as necessidades internas, ligadas a uma base produtiva específica sobre a qual a trajetória de desenvolvimento do país veio moldando-se ao longo dos anos. O tamanho da população, a baixa quantidade de terras agricultáveis e a reduzida oferta de recursos energéticos vem impondo um grande desafio a continuidade do desenvolvimento chinês, ligado a necessidade de suprir a oferta de matérias-primas e energia (RIBEIRO, 2010, p.15).

No caso do Brasil, as exportações de produtos agropecuários constituem uma parte relevante de suas exportações:

Até a primeira metade do século XIX a inserção do Brasil na economia mundial se deu de modo assimétrico e subserviente, caracterizado pela exportação de produtos de baixo valor agregado, resultado do seu baixo grau de modernização econômica, e ainda na segunda metade do século XIX, as elites conservadoras que dirigiam o país fixaram objetivos externos e alcançaram-nos com notável coerência e racionalidade de conduta (CERVO, 2008, n.d.).

E ainda:

Desde 1860, o campo brasileiro detém a primeira posição como produtor cafeeiro, tendo sido mundialmente conhecido por esse destaque, mas hoje também é o primeiro em suco de laranja (80% do que se produz globalmente), açúcar, carnes bovina e de frango, e fumo em folha. Ocupa o segundo lugar como produtor de soja em grão, de etanol, de milho e de mandioca, o quarto lugar em carne suína e o quinto em feijão. Apresenta destaques em várias lavouras e se pode citar o caso do arroz, de que também se tornou exportador, conseguindo registrar em algumas regiões a maior produtividade em nível mundial. (ALMEIDA, 2011, p. 41).

Diferentemente das décadas de 1940 e 50, quando a política externa do Brasil se caracterizava por ser menos incisiva e integrada às grandes correntes de intercâmbio mundial, o país nas últimas décadas, posiciona-se no cenário econômico mundial como uma potência no que concerne às exportações de produtos que apresentam importância estratégica no mercado mundial, como as *commodities* agrícolas, minerais e energéticas.

A maneira rápida com que o Brasil vem galgando posições no agronegócio mundial impressiona e a forma como tem o país se colocado estrategicamente é relevante. “O Brasil era o sexto maior exportador mundial em 2000, em 2010 já se posicionava em terceiro lugar, atrás apenas dos EUA e da União Europeia” (ALMEIDA, 2011, p. 42).

Nas relações Sul-Sul o Brasil revela-se como um grande fornecedor de alimentos, capaz de viabilizar a segurança alimentar de alguns mercados regionais, sobretudo Ásia, África e Europa Oriental.

Nesse sentido, o Brasil dispõe de excedentes exportáveis para uma grande variedade de produtos de que a China é carente, o que evidencia a potencialidade das relações econômicas sino-brasileiras no cenário atual:

Na pauta das exportações para o mercado chinês sobressaem bens primários, tais como: petróleo, minério de ferro e soja – estes três produtos representam quase 70%. Também se incluem bens de média e alta tecnologia, sobretudo dos setores automotivo (e aéreo), químico,

plásticos, eletroeletrônicos, metal-mecânica, material médico-cirúrgico, maquinaria agropecuária, fertilizantes, material de escritório e papel. Trata-se, em geral, de bens primários (agrícolas e minerais) e de bens de capital e de consumo duradouro (AVILA, 2010, p. 10).

Quadro 03 - Pauta de exportações brasileiras para a China, em 2014.

Exportações	2014	
	US\$ milhões	T (mil)
Soja, mesmo triturada	16.615	32.664
Minérios de ferro e seus concentrados	12.303	179.877
Óleos brutos de petróleo	3.473	5.576
Celulose	1.424	3.061
Açúcares	880	2.282
Couros e peles	554	188
Carne de Aves	519	228
Ferro - ligas	504	42
Óleo de soja	340	396
Tabaco não manufaturado	334	44
Algodão. não cardado nem penteado	333	180,6
Pasta química de madeira, para dissolução	282	310
Couros preparados	271	15
Cobre afinado e ligas de cobre, em formas brutas	256	36
Outros	2.529	-

FONTE: MDIC.

As importações brasileiras provenientes da China em 2014 caracterizam uma situação difícil, em razão da profunda disparidade de componentes tecnológicos nos produtos (Quadro 04).

A China, com seu crescimento espetacular nos últimos anos, vem ocupando espaço cada vez maior na economia mundial (COSTA, 2011, p. 181), e se transformado em uma grande potência econômica mundial e indispensável para a economia mundial (HOBBSAWM, 1999). “Todos os países, a começar pelos EUA e principais economias desenvolvidas, sejam eles beneficiários ou perdedores da ‘ascensão de China’, precisarão ajustar-se ao fenômeno chinês” (JUNIOR, 2010, p. 20).

No caso do Brasil, cumpre ao país aproveitar a posição de parceiro estratégico da China e as oportunidades viabilizadas pelo bom desempenho da economia chinesa e seu potencial em consumo de matérias-primas. Procurar aumentar a participação de manufaturados na pauta de vendas aos chineses será de grande relevância, bem como procurar preservar as posições naquele mercado.

Quadro 04 - Pauta de importações brasileiras da china, em 2014.

Importações	2014	
	US\$ Milhões	10 mil
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes	10.897	49.640
• Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia	3.029	11.237
• Aparelhos e partes para rádio e televisão	1.512	1.793
• Circuitos integrados e micro conjuntos eletrônicos	982	100.674
• Transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos	548	225.252
• Aquecedores elétricos de água	492	6.235
Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes	7.151	869

Importações	2014	
	US\$ Milhões	10 mil
• Partes e acessórios para máquinas e aparelhos mecânicos	1.317	4.696
• Máquinas automáticas para processamento de dados	673	5.551
• Máquinas e aparelhos de ar condicionado	542	54
• Bombas e compressores de ar ou de vácuo	495	3.762
• Máquinas e aparelhos para impressão	492	96
Produtos químicos orgânicos	2.230	-
Ferro fundido, ferro e aço	1.388	-
Plásticos e suas obras	1.070	-
Veículos automóveis, tratores, ciclos e suas partes	1.002	79,5
• Partes e acessórios para tratores e veículos automóveis para usos especiais	450	7.586
• Partes e acessórios para motocicletas e outros ciclos	252	245
• Automóveis de passageiros	74	1
• Veículos automóveis para usos especiais	58	0,016
• Motocicletas (incluindo ciclomotores)	51	17
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	978	1,24
Vestuário e acessórios, exceto de malha	935	269
Filamentos sintéticos ou artificiais	809	-
Instrumentos e aparelhos de óptica; aparelhos médico-cirúrgicos	780	1.209
Aubos ou fertilizantes	681	-

FONTE: MDIC.

Desfruta-se assim do compromisso estabelecido há quase duas décadas, quando em novembro de 1993 foi formalizada a Parceria Estratégica Sino-Brasileira. O estabelecimento desta parceria no campo político internacional configura-se como uma forma de estabelecer relações com um importante ator internacional fora do eixo América Latina-Europa-EUA, afirmando uma conjuntura geopolítica multipolar:

Na formulação de sua política externa, a China costuma caracterizar de forma surpreendentemente explícita sua relação com os demais países segundo três critérios básicos: a) importância intrínseca de um país e de sua relação bilateral com a China; b) a intensidade da cooperação desenvolvida no âmbito dessas relações; e c) a decisão chinesa de atribuir um *status* ao outro país com o qual mantém relações à luz dos critérios anteriores. O resultado é que a China atribui três tipos de *status* de parceria aos países com os quais se relaciona: em ordem de importância, os parceiros da China são classificados como (i) parceiro estratégico, (ii) parceiro cooperativo, (iii) parceiro com o qual mantém relações amistosas de cooperação. Na América Latina o Brasil foi o primeiro a receber o *status* de parceiro estratégico (COSTA, 2011, p. 185-186).

O compromisso firmado com a China evidencia a importância estratégica do Brasil. “De todos os pontos de vista, portanto, a China vem cumprindo um papel novo e fundamental na economia sul-americana” (FIORI, 2007, p. 98). E, segundo Junior:

Para a China, aproximação com o Brasil sempre foi almejada pela importância do país dentro da América Latina, onde representa, dadas as dimensões físicas de sua economia e população, às quais se agrega um relativo avanço tecnológico, o maior e mais avançado país da região. Para além de seu peso “regional”, reconheceu desde cedo a China que o Brasil reunia, adicionalmente, pela sua disposição de atuar no cenário internacional com independência e determinação, os requisitos necessários para exercer liderança entre os países em desenvolvimento (JUNIOR, 2010, p. 17).

Compreender a importância estratégica das relações econômicas sino-brasileiras configura-se como muito relevante, sobretudo, pelas perspectivas geopolíticas e diplomáticas que o tema engendra. Tendo em vista que “a fortíssima demanda chinesa por alimentos e matérias primas chegou a ponto de reverter a

situação de baixas cotações registradas pelas *commodities* nos anos 90 do século passado” (ALMEIDA, 2011, p. 42).

Considerações Finais

A China e o Brasil estão entre os países mais importantes no que concerne à produção e as relações de importação e exportação mundiais de produtos agrícolas. A China na primeira metade da década de 1990 conheceu um período de grande prosperidade no seu espaço agrário devido ao estímulo da política oficial de autossuficiência em grãos.

Durante aproximadamente uma década, o país passou por um quadro favorável em sua agricultura, o que contribuiu para que a China, sobretudo, na produção de arroz, trigo, milho, soja, algodão, frutas, bem como na pecuária e na produção de carne, atingisse o segundo lugar entre os maiores produtores mundiais:

Em função desse cenário de contínuos aumentos da produção agropecuária, ao longo dos anos noventa, e graças à sua quase autossuficiência em grãos, somada a um excedente no campo de frutas e vegetais, pôde a China, até 2003 caracterizar-se por ser uma exportadora líquida de produtos agrícolas (JUNIOR, 2010, p. 109).

O quadro favorável do espaço agropecuário chinês passa por uma mudança na primeira metade da década de 2000. “A China é, desde 2003, o maior mercado individual para as exportações brasileiras de minério de ferro e soja” (JUNIOR, 2010, p. 20).

Com o impacto da prosperidade resultante de fortes e contínuas taxas de crescimento econômico e do conseqüente aumento do PIB, que promoveu um significativo crescimento na demanda chinesa por produtos agroindustriais, era inevitável que a China viesse a importar parcelas crescentes de sua demanda de alimentos, tornando-se um grande mercado potencial para o agronegócio brasileiro. Além do impacto quantitativo, há que se referir às mudanças qualitativas na alimentação chinesa, tendo em vista que, com o aumento da renda pessoal disponível, ascende o consumo de produtos compostos por proteínas nobres, como as carnes vermelhas, setor em que o Brasil também se destaca.

Dentre os fatores chineses que contribuíram para isso estão o crescimento da população urbana, a estagnação da população rural e mudanças sociais que implicaram a

transformação dos trabalhadores rurais em operários do espaço urbano. Deste modo, o crescimento da renda da população chinesa acarreta mudanças no consumo de alimentos, promovendo, uma mudança do consumo de forma a também incluir carnes e lácteos.

“O consumo de alimentos na China, no período entre 2000 e 2003, supera sistematicamente a capacidade de produção doméstica e dá início a um processo de rápido aumento das importações chinesas de produtos agroindustriais, que atinge principalmente a soja em grão, lã, óleo de palma, algodão e óleo de soja” (JÚNIOR, 2010, p. 110). Esse processo é irreversível.

O grande mercado e o crescimento da economia chinesa representam oportunidades para o Brasil. A China passou a ocupar em 2008 a terceira posição entre os principais países de destino das exportações brasileiras, assim como a segunda entre os países fornecedores do Brasil. Como grande consumidora de *commodities* agrícolas e minerais, o fator China é hoje um determinante do desempenho da economia mundial, conforme revela Costa:

Para se ter ideia do poder de consumo da China em anos recentes e projetados vale apenas anotar: Cobre – representou 18% do consumo global em 2002 e hoje representa 34%. Alumínio – saltou de 16% para 47% estimativa para 2012. Níquel – de 8% para 40%, também previsão de 2012. Minério de Ferro – de 18% para 58% em 2012 (COSTA, 2011, p. 181).

O crescimento não apenas da China, mas de outros países tidos como “emergentes” (Gráfico 1), levou a elevação dos preços dos alimentos e a uma movimentação colossal de recursos pelo mundo todo, abrindo margens a novas discussões sobre o poder global (ALMEIDA, 2011, p. 42). “*Los países en desarrollo han mostrado ser más resistentes a la crisis y su importancia en el comercio mundial sigue en aumento. Entre 1995 y 2010, su participación en el volumen del comercio mundial aumentó 28,5 a 41,2 por ciento*”. (ONU, 2012, p.7).

A debilitação do crescimento econômico mundial, especialmente das economias desenvolvidas, contribui para a compreensão de que “*los países en desarrollo y economías en transición continúen alimentando el motor de la economía mundial*” (ONU, 2012, p.5). Atualmente, embora o crescimento da economia chinesa tenha declinado em relação às taxas acima de 10% ao ano, algo de difícil

permanência (a maior parte da infraestrutura parece já ter sido construída), as taxas acima dos 7% anuais nos anos recentes ainda coloca o país como o principal motor da economia mundial.

Entre los principales países en desarrollo, el crecimiento en China e India se prevé que seguirá siendo fuerte. El crecimiento en China, aunque se ralentizará con respecto al año anterior, se mantendrá por debajo de 9 por ciento, mientras que India podrá crecer entre 7,7 y 7,9 por ciento. (ONU, 2012, p.5).

A aproximação do Brasil com os países emergentes é vista através da intensificação das relações comerciais com África do Sul, Índia e China, enquanto que as relações com os EUA e União Europeia vão sendo travadas. Isso reflete significativamente na redução da dependência do comércio exterior do Brasil em relação aos países desenvolvidos, diante da ampliação de mercados no continente asiático e africano ao longo dos últimos anos (CERVO, 2008, p.89), o que evidencia a opção estratégica brasileira pelos países emergentes.

Este bloco de países representa atualmente mais de 50% da população, do comércio, do consumo e das finanças do mundo. Assim, compreende-se que ocorre de modo estratégico e logístico o empenho e a orientação da política exterior do Brasil para as economias emergentes do planeta, e em especial para com a economia chinesa.

A China é a segunda maior economia mundial e vem apresentando desde as reformas iniciadas por Deng Xiaoping, em 1978, tendência de crescimento econômico contínuo, contribuindo para a conformação de um mercado consumidor sólido para os produtos brasileiros e para a intensificação das relações bilaterais.

Gráfico 01 - Taxas de crescimento do PIB – 2006/2013.

a Dados estimados.

b Projeções da ONU.

FONTE: ONU, 2012.

O Brasil e a China registram grandes avanços em seu relacionamento, embora o país sul-americano não seja mais atraente em termos tecnológicos, como o foi até os anos 90. O progresso e evolução das relações sino-brasileiras são de importância estratégica para os dois países, dadas as relações econômicas que foram sendo ampliadas, contribuindo para o desenvolvimento econômico de ambos, levando reflexos para suas regiões, assim como repercussões no mundo atual. Casos como do posicionamento da Embraer em território chinês são emblemáticos, e o projeto conjunto de lançamento de satélites de sensoriamento remoto continua sendo o maior já feito entre dois países da chamada cooperação Sul-Sul.

Em novembro de 2014, como informa a Carta Brasil-China, pela primeira vez, o Centro Empresarial Brasil-China foi convidado a participar da Reunião da Comissão, que aconteceu em Cantão, em 6 de novembro. Foi presidida pelo vice-presidente brasileiro Michel Temer, do lado brasileiro, e, pelo lado da RPC, pelo vice-primeiro-ministro do Conselho de Estado, Wang Yang. Dois dias depois, em Beijing, houve a reunião conjunta das duas seções do Conselho Empresarial, e pela primeira vez, a abertura do encontro foi feita pelo vice-presidente do Brasil. Na mesma ocasião, as duas seções do Conselho

organizaram um seminário especial sobre investimentos chineses no Brasil que contou com a participação de representantes de 150 empresas chinesas, com foco no agronegócio e na infraestrutura.

De acordo com DICK (2006, p. 170), fatores como a desvalorização cambial e a subsequente entrada da China na Organização Mundial do Comércio, garantiram maior acesso do Brasil ao mercado chinês e impulsionaram um aumento expressivo das exportações brasileiras para a China. Havendo ainda, uma retomada do montante importado – com um pequeno incremento – pelos chineses antes da queda ocorrida em 1999.

A leitura dos principais produtos que compõem a pauta de exportações brasileiras para a China (minério de ferro, petróleo, produtos de siderurgia e soja) retrata a demanda por insumos e fontes energéticas advinda do crescimento chinês, em compasso com a qualidade e competitividade da produção brasileira (DICK, 2006, p. 172).

A corrente de comércio bilateral apresentou índices recordes durante início do século XXI, tanto no valor das exportações quanto das importações, e produziu superávits favoráveis ao Brasil. A tendência de concentração da pauta de exportações brasileiras para a China em produtos básicos permaneceu e se aprofundou, com relação ao período anterior, enquanto a concentração da pauta de importações originárias da China se manteve sobretudo em produtos de maior valor agregado. Tal divisão do trabalho, contudo, vem sendo criticada, dada a incapacidade brasileira de vender produtos de maior valor agregado ao mercado chinês.

A China e o Brasil são países emergentes e seus interesses internacionais estão aumentando. Os dois países não estão satisfeitos com os atuais mecanismos internacionais e têm disputas comerciais com países desenvolvidos. A relevância do estudo das relações econômicas entre os dois países ganha ainda mais expressividade dada a condição diplomática favorável que ambos retomam – após o estremecimento das relações bilaterais durante o contexto da Guerra Fria – e ao crescimento econômico que os dois países apresentam atualmente.

Esses dois países passaram a apresentar maior participação em percentuais na composição do Produto Mundial Bruto, por apresentarem taxas de crescimento econômico superiores às apresentadas pelas economias desenvolvidas.

As características da nova economia chinesa sugerem um modelo de organização e crescimento econômicos que está influenciando decisivamente o atual processo de “globalização” por que passa a economia mundial e contra o qual terão de se confrontar os demais países em desenvolvimento que, a exemplo do Brasil, desejem manter e até aumentar sua participação no comércio internacional. (JUNIOR, 2010, p. 19).

Para o Brasil, o quadro da evolução das relações bilaterais com a China tem se caracterizado pelo fato de expressivas parcelas da economia brasileira estarem se beneficiando da demanda chinesa por matérias-primas, sobretudo, no início do século XXI. Evidentemente, o ingresso dos produtos industrializados no país é outra característica marcante que, ao mesmo tempo, contribui para baixar a inflação, e pressiona para um aumento do desemprego, ao levar à desativação fábricas instaladas no mesmo país. Claro que o estabelecimento da parceria estratégica deu novo impulso às relações sino-brasileiras, onde os dois países buscam aprofundar suas relações para garantir e realizar o interesse nacional. Além disso, na escala sul-americana, a presença chinesa desarticula cadeias locais de fornecedores que poderiam estar trabalhando mais efetivamente para a integração regional.

Ao manter-se a atual tendência de crescimento econômico e, por conseguinte, de paralela urbanização pode ser possível que a China continue a aumentar consistentemente suas importações de produtos agroindustriais, oferecendo a países como o Brasil oportunidades de ampliar suas exportações e também levando seus dirigentes a pensarem seriamente na definição de políticas industriais coerentes.

Referências

ALMEIDA, Fernando Roberto de Freitas. A Economia Política do Agronegócio. In: Mural Internacional. Ano 2. Rio de Janeiro, 2011.

AVILA, Carlos Federico Domínguez, O Dragão e o Jaguar: Um estudo das Relações Sino-Brasileiras nos primeiros anos do século XXI. Afro-Ásia, 2010.

CENTRO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. Carta Brasil China. São Paulo: CEBC, 2014.

CERVO, Amado Luiz. Inserção Internacional. Formação dos Conceitos Brasileiros. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

COSTA, Roberto Teixeira da. China e Índia – protagonistas de um mundo em transformação. In.: Política Externa. Vol.20 – Nº 1 – JUN/JUL/AGO 2011 São Paulo: Paz e Terra, 2011.

DICK, Patrícia Paloschi. Parceria estratégica entre Brasil e China. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Relações Internacionais/UFRGS, 2006.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/zbqx/t918274.htm>> Acesso em: 7 ago. 2012.

FIORI, José Luís. A Nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. In: Revista de Economia Heterodoxa, nº 8, ano VI, 2007.

FOOT, Rosemary. Estratégias chinesas em uma ordem global hegemônica: acomodação e hedging. In: HURREL, Andrews et al. Os Brics e a Ordem Global. Rio de Janeiro, FGV, 2009.

JAGUARIBE, Hélio. A nova ordem mundial. In.: DUPAS, Gilberto et al. A Nova Configuração Mundial do Poder.. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

JUNIOR, Oswaldo Biato. A parceria estratégica Sino-Brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006), Brasília : FUNAG, 2010.

LIMA, Maria Regina Soares de & HIRST, Monica. Brasil como país intermediário e poder global. In: HURREL, Andrews et al. Os Brics e a Ordem Global. Rio de Janeiro, FGV, 2009.

ONU. Situación y perspectivas de la economía mundial – Sumario Ejecutivo, 2012.

PEREIRA, Ronan Alves. Estudos Asiáticos no Brasil. In: GUIMARÃES, Lytton L. (org.), Ásia, América Latina, Brasil: A construção de parcerias. Brasília: NEASIA/CEAM/UnB, 2003.

RIBEIRO, Valeria Lopes. A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico. In: Revista de Economia Heterodoxa, Volume 9, nº 2, 2010.

SATO, Eiiti. De GATT para a OMC e a agenda do Brasil no comércio internacional. In ALTEMANI, Henrique e LESSA, Antônio Carlos. Relações Internacionais do Brasil. Temas e Agendas, São Paulo: Saraiva, 2006

VEIGA, Pedro da Motta & RIOS, Sandra Polónia. A Política Externa Brasileira sob Lula: o fim do “Consenso de Brasília”? Centro Brasileiro de Relações Internacionais. Artigos. Volume 3, Ano V, Rio de Janeiro, 2010.

Recebido em Março de 2015.

Publicado em Julho de 2015.